



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA**

RAFAELA ELIAS DA SILVA

**DO DISCURSO DO MESTRE AO “FURO” POSSÍVEL COMO RESPOSTA DO
SUJEITO**

CAMPINA GRANDE

2017

RAFAELA ELIAS DA SILVA

**DO DISCURSO DO MESTRE AO “FURO” POSSÍVEL COMO RESPOSTA DO
SUJEITO**

Trabalho de Conclusão de Curso de
Graduação de Psicologia da Universidade
Estadual da Paraíba, em cumprimento à
exigência para obtenção do grau
Bacharel/Licenciado em Psicologia.

Orientador: Prof.^a Dr.^a Maria Lígia de Aquino
Gouveia.

CAMPINA GRANDE

2017

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S586d Silva, Rafaela Elias da.

Do discurso do mestre ao "furo" possível como resposta do sujeito [manuscrito] : / Rafaela Elias da Silva. - 2017.

22 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, 2018.

"Orientação : Profa. Dra. Maria Lígia de Aquino Gouveia, Coordenação do Curso de Psicologia - CCBS."

1. Acolhimento. 2. Desamparo. 3. Psicanálise. 4. Laços sociais.

21. ed. CDD 150.195

RAFAELA ELIAS DA SILVA

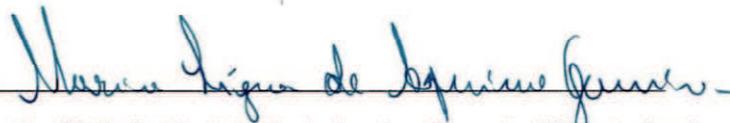
DO DISCURSO DO MESTRE AO “FURO” POSSÍVEL COMO RESPOSTA DO SUJEITO

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação de Psicologia da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau Bacharel/Licenciado em Psicologia.

Orientador: Prof.^a Dr.^a Maria Lígia de Aquino Gouveia.

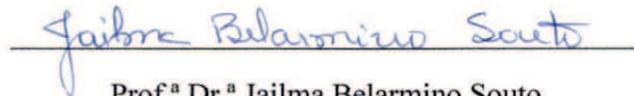
Aprovado em: 07/12/2017.

BANCA EXAMINADORA



Prof.^a Dr.^a Maria Lígia de Aquino Gouveia. (Orientadora)

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof.^a Dr.^a Jailma Belarmino Souto

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof.^a Dr.^a Josêvania da Silva

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

“Quero expressar o desejo de que a sorte proporcione um caminho de elevação muito agradável a todos aqueles que acharam a estada no submundo da psicanálise desagradável demais para o seu gosto. E possamos nós, os que ficamos, desenvolver até o fim, sem atropelos, nosso trabalho nas profundezas.”

(FREUD, 1914)

AGRADECIMENTO

- Quero *agradecer* em primeiro lugar, a Deus, pela força e coragem durante toda esta longa caminhada.

Agradeço aos meus pais pela aposta e investimento diário, sem eles não seria possível concluir este percurso. Agradeço também a toda a família, que mesmo a distância sempre me deram forças e me incentivaram nessa jornada.

- A minha orientadora pela parceria de Caminhada ao longo do Curso de Psicologia. Eu posso dizer que a minha formação, inclusive pessoal, não teria sido a mesma sem a sua pessoa.

Aos meus colegas e supervisora de estágio que foram base para a construção do profissional que me tornei.

**Aos meus pais, pelo acolhimento e aposta.
Sempre estiveram ao meu
lado, mesmo que à distância.**

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	07
2. SUJEITO DO DIREITO.....	07
3. SUJEITO DA PSICANÁLISE.....	09
4. LAÇOS SOCIAIS E POSIÇÕES DISCURSIVAS	12
5. METÓDO.....	12
6. ANÁLISE DE DISCURSO.....	14
6.1. DISCURSO DO MESTRE	14
6.2. DISCURSO DO ANALISTA	16
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	18
8. REFERÊNCIAS	21

DO DISCURSO DO MESTRE AO “FURO” POSSÍVEL COMO RESPOSTA DO SUJEITO

Rafaela Elias da Silva

RESUMO: Este artigo analisa a experiência de um trabalho realizado com um grupo de crianças e adolescentes em oficinas lúdicas numa instituição de acolhimento. Orienta-se pela perspectiva teórica e ética da psicanálise Lacaniana, e tem como objetivos: a) analisar o lugar do discurso da Instituição frente as respostas ao desamparo vivido pelas crianças e adolescentes acolhidos e b) analisar as possibilidades encontradas nos discursos dessas crianças para elaborar suas próprias histórias e respostas. Assim, por meio de oficinas semanais, com uma hora de duração, durante quatro meses, ofertamos um espaço lúdico para 11 crianças e adolescentes, de 7 a 14 anos, em acolhimento institucional. Apesar de crianças em acolhimento partirem de tramas sociais e familiares as voltas com violência e desamparo, o discurso apresentado pela instituição se fundamentava na idealização de um modelo de criança e adolescente, de um saber imposto muitas vezes através do castigo como meio educativo, não considerando a história, a singularidade do sujeito e seu discurso particular, encarnando o discurso do mestre. De forma contrária, as oficinas sustentaram o lugar do discurso do analista, na função de causa para dar lugar ao discurso do sujeito, utilizando-se do brincar como um modo de fazer circular a subjetividade da criança, o resgate de sua história e as possibilidades de elaboração e respostas. Analisou-se um não saber inicial dito pelas crianças – desenhar, fazer, imaginar –, mas também, a circulação de implicar-se em querer conhecer, à medida que as oficinas aconteciam, do poder dizer, poder saber sobre si, poder construir. Um incipiente poder fazer com a própria realidade posta como questão.

Palavras-chave: Instituição de acolhimento, Desamparo, Discursos do laço social.

INTRODUÇÃO

Este artigo analisa a experiência de um trabalho realizado com um grupo de crianças e adolescentes em uma instituição de acolhimento, apresentando as contribuições da psicanálise por meio do brincar e da escuta singularizada. Mais especificamente, fundamentando-se na perspectiva teórica e ética da psicanálise Lacaniana, buscou-se alcançar dois objetivos: analisar o lugar do discurso da Instituição frente as respostas ao desamparo vivido por crianças e adolescentes acolhidos, e, analisar as possibilidades encontradas nos discursos dessas crianças, no espaço oferecido em oficinas lúdicas, para elaborar suas próprias histórias e respostas.

O contexto social – jurídico e político - do acolhimento institucional de crianças e adolescentes brasileiros, apresenta o seguinte paradoxo: ora acolhe crianças e adolescentes, quando os reconhece enquanto sujeitos de direito, ora os abandona, quando as exigências do

ideal abstrato da universalização da lei materializa a desconsideração da subjetividade-singularidade desses sujeitos. Neste sentido, faz-se importante, diante dessa complexa questão, abordar a construção do discurso do sujeito do direito e o discurso do sujeito da psicanálise.

SUJEITO DO DIREITO

As concepções de infância e adolescência são situadas em contextos históricos e sociais e, a partir delas, vão sendo instituídos documentos jurídicos e políticas institucionais. No Brasil o século XX representa um marco importante no tocante a legislação dirigida à infância, surgindo nesse período, três leis: o Código de Menores de 1927, o Código de Menores de 1979 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990 (*SCHULTZ; BARROS, 2011*).

O código de menores, de 1927, conhecido como o Código Mello Mattos, em homenagem a seu autor, o jurista José Cândido de Albuquerque Mello Mattos, é considerado o primeiro documento legal destinado ao menor abandonado ou delinquente, ou seja, menores de 18 anos que se encontravam em situação irregular na sociedade (*AZEVEDO, 2007*).

Apesar do código Mello Mattos de 1927 estar longe de reconhecer direitos efetivos direcionados às crianças e aos adolescentes, representou um avanço no tocante a constituir-se em uma primeira codificação destinada a infância e juventude brasileira, até então não existente.

Diante desse contexto social brasileiro, surge em 1942, o serviço de assistência ao menor (SAM), reconhecido como a primeira política pública estruturada para a infância e adolescência no Brasil, cujo trabalho desenvolvido estava pautado no modelo correccional-repressivo. Posteriormente, no período que compreende a ditadura militar 1964, contra a ineficácia do SAM, a luta de movimentos não governamentais possibilitaram a criação da Fundação Nacional do Bem-estar do Menor (FUNABEM) em cada estado da Federação (*PAES, 2013*).

Em 1979 um novo código de menores foi editado no Brasil, não trazendo muitas modificações no tocante a concepção de infância e adolescência, uma vez que se dirigia ao menor em situação irregular, que englobava os que praticassem atos infracionais e os que estivessem sob a condição de maus-tratos familiares ou em estado de abandono.

Na década de 1980, os movimentos políticos para a infância evidenciaram a inadequação e insuficiência da legislação recém imposta pelo Código de Menores e pela Política Nacional do Bem-estar do Menor, que vinculavam a assistência à infância ao âmbito

penal, cuja “proteção” era aplicada àqueles que traziam perturbações e ameaçavam a paz social. Durante este período a cultura de institucionalização e segregação eram vistas como a única solução (PAES, 2013).

Os movimentos sociais na época reivindicavam o entendimento da criança e adolescente como sujeitos de direitos, movimento que teve impacto na elaboração da constituição em 1988, que contemplou em seu bojo a garantia dos direitos para crianças e adolescentes sem distinção de nenhuma ordem. Esta conquista abriu caminho para a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) através da Lei nº8.069/90, que vem substituir o modelo de doutrina de situação irregular, baseada na repressão e disciplinamento, por um modelo de proteção integral.

O ECA trouxe uma nova definição da infância e da adolescência que vigora até os dias atuais. De acordo com o art. 2º “Considera-se criança, para os efeitos desta lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.” O artigo 4º do estatuto da criança e do adolescente ressalta que:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 2002).

Apesar dos avanços advindos com o Estatuto da Criança e do Adolescente, no Brasil, a efetivação dos direitos sociais é problemática, historicamente marcada por uma forte violação, afetando inúmeras famílias e, conseqüentemente, crianças e adolescentes. Neste realidade problemática se institui uma complexa dinâmica, o Estado viola direitos e assim favorece a fragilização de vínculos familiares e o mesmo Estado intervêm, institucionalizando um Outro tutelar para proteger essas crianças e adolescentes vítimas da impossibilidade de estarem em suas famílias, por correrem riscos graves físicos e psicológicos. Neste sentido, diante do desamparo e ameaças à vida de crianças e adolescentes, medidas jurídicas e políticas institucionais são tomadas para assisti-las.

Uma das medidas de proteção destinadas à crianças e adolescentes é o acolhimento institucional. O acolhimento institucional, trata-se de um serviço de Proteção Social Especial (PSE) de Alta Complexidade que tem como público alvo crianças e adolescentes que se encontram em situação de desamparo, ameaça ou violação de direitos, necessitando provisoriamente serem atendidos fora de seu núcleo familiar de origem.

Respalado no princípio da universalização, o Estado responde ao desamparo de crianças e adolescentes, acolhendo-as em instituições e ocupando o lugar de que sabe sobre o

que uma criança precisa. Logo, esse Outro tutelar, instituído pelo Estado, responde a condição de desamparo ofertando a mesma coisa para todas as crianças e adolescentes. Entretanto, essa resposta coletiva manca e cada criança e adolescente responde de uma maneira diferente, pinçando e construindo redes de significações de acordo com sua história e singularidade, é nesse sentido que se coloca a importância de intervir em uma outra perspectiva e consideração de sujeito.

SUJEITO DA PSICANÁLISE

O status de sujeito de direito, garantido constitucionalmente, difere do sujeito de desejo que a psicanálise aponta. O sujeito de direito, pela ótica dos documentos legais, é da ordem do universal -ideal abstrato-, já o sujeito do desejo reconhecido pela psicanálise convida a atentar para a particularidade e singularidade de cada ser humano, de modo que, para cada criança e adolescente que se encontra em uma mesma condição – jurídica, econômica, cultural - o modo como cada uma é atravessada e lida com suas próprias questões é singular.

A singularidade humana decorre da história e da trama subjetiva que tecem as relações de cada ser ao vir ao mundo. O ser humano nasce sem recursos próprios que garanta sua sobrevivência e constituição psíquica. Nesse contexto, o que marca a condição humana é o desamparo. Essa condição de fragilidade do humano coloca-o na dependência de um Outro, cuja função não se reduz a satisfação das necessidades biológicas, mas demanda também a inserção desse ser no mundo da linguagem. Nesse encontro, o Outro passa a investi-lo simbolicamente, inserindo-o no seu desejo e supondo-lhe demandas.

Assim considerado, Lacan (1949/1998) enfatiza que as nossas primeiras experiências, após o nascimento, são de um corpo não unificado. Diante dessa condição de desamparo e não unificação corporal, estabelece-se uma relação especular com o Outro, em que a criança subtrai-se ao registro capturante da relação dual, na tentativa de um reconhecimento simbólico para a unificação da imagem corporal. Dessa forma, para Lacan, no estádio do espelho, a tentativa de dar unidade ao corpo não decorre das sensações orgânicas, mas sim da imagem ofertada pelo Outro por meio do investimento feito na relação.

No contexto da posição originária de desamparo, ao supor imaginariamente uma demanda à criança, a mãe, ou qualquer outro que exerça essa função, a insere no seu desejo, investindo no corpo da criança e fazendo a doação de significantes, que possibilitará a inserção da criança no campo da linguagem e a sua constituição enquanto sujeito de desejo (LACAN, 1949/ 1998). Assim, a primeira operação que acolhe o ser humano diante do

desamparo original é a alienação. A existência física do sujeito no mundo é fruto de um desejo de um Outro, na alienação a criança é causada pelo desejo do Outro, desejo este que preexistiu a sua existência. Deste modo, haverá um esforço por parte da criança em responder e preencher essa demanda do Outro a ele dirigida. Nesta operação, mãe e criança estabelecem uma relação fusional, sendo comum a antecipação de necessidade, a mãe não deseja outra coisa senão a criança, existindo nesse sentido um esforço em preencher a falta do Outro.

Nessa relação dual a criança “escolhe” colocar-se na posição de sujeição ao Outro, à linguagem. Além de ser necessário inicialmente, no tocante a sobrevivência, essa sujeição ao Outro, é por meio da alienação que a criança torna-se um sujeito da linguagem. Na medida em que a criança chora ou grita e o Outro acolhe essa mensagem como demanda de satisfação e faz a doação de significantes, este a insere na ordem simbólica. Nessa relação a criança guarda registros tanto do objeto ofertado para sua necessidade quanto de tudo que foi oferecido pelo Outro, palavras, toque, corpo.

Posta a ideia de completude, na alienação falta um lugar para a criança emergir enquanto sujeito desejante. “Enquanto a alienação é o “primeiro passo” imprescindível para ascender à subjetividade, esse passo envolve escolher “o próprio” desaparecimento” (FINK, 1998, p.74). A tentativa de fazer “um existir” sinaliza que alguém deixou de existir enquanto sujeito do desejo. É nessa relação objetal que se inaugura o primeiro tempo do processo de estruturação do psiquismo.

Ainda que haja um enorme esforço, é da ordem da impossibilidade, nessa relação dual mãe-criança, serem atendidas todas as demandas de ambas as partes, existe algo nessa relação que escapa e sinaliza a incompletude. É nesse contexto que a segunda operação do tempo de estruturação do psiquismo se inscreve, a separação. É preciso que a mãe sinalize para a criança que esta não é o seu único interesse.

Para tanto é necessário que haja um terceiro termo nessa relação, o Nome-do-Pai, ou seja, a metáfora paterna, cuja função é romper a unidade mãe-criança e dividir o desejo da mãe, que para além de mãe ela seja mulher. O significante primordial, Nome-do-Pai, traz consigo o traço da proibição na tentativa de exigir que a criança busque o prazer de formas socialmente aceitáveis e neutralizando e dividindo o desejo da mãe. O que o Nome-do-Pai representa é a lei, a castração. Neste sentido, é somente quando falta o objeto de satisfação que a criança pode torna-se sujeito desejante.

Considerando a importância da operação de alienação-separação na constituição do sujeito, é preciso que o sujeito “queira” separar-se dessa relação fusional com o Outro da alienação. A operação de separação supõe “uma vontade de sair, uma vontade de saber o que

se é para além daquilo que o Outro possa ter dito, para além daquilo inscrito no Outro” (PACHECO, 2017, p. 21).

A condição para que a separação aconteça passa pela fundação do pai pela mãe, de um Outro da separação, ou seja, a abertura de espaço para que um terceiro entre nesta relação, que venha a interditar o incesto dirigindo à criança com a mensagem “Não te deitarás com tua mãe” e dirigindo também à mãe a mensagem “Não reintegrarás o teu produto” (LACAN, 1958/ 1999, p. 209).

Sob essa perspectiva, o Outro da alienação funciona diferente do outro da separação. Da alienação “na medida em que seus cuidados tem marca de um interesse particularizado, ainda que o seja pela via de suas próprias faltas”; Da separação “na medida em que seu nome é o vetor de uma encarnação da lei do desejo” (LACAN, 1969).

Posta a condição de ser falante, o sujeito psicanalítico está marcado pela falta, pela incompletude e pelo desamparo. Logo, o contexto e os diversos lugares que a criança ocupa em sua estrutura familiar e no desejo do Outro apontam para a sua estruturação enquanto sujeito, marcando uma posição subjetiva.

Diante dos restos deixados por estes processos, o humano constrói laços sociais que se sustentam em posições discursivas. No “processo de humanização” o humano não se desenvolve e organiza-se, só e somente só, por suas funções fisiológicas, sendo fundamental sua inserção no mundo da linguagem, no campo do simbólico. Citando Lacan: “o homem desde antes de seu nascimento e para além de sua morte, está preso na cadeia simbólica que fundou a linhagem, antes que nela seja bordada a história” (LACAN, 1966/1998, p. 468).

O fato de ter sido inserido no simbólico lança o ser humano diante do mal-estar em que, apesar da capacidade de representar o mundo por meio de palavras, estas não dão conta de recobrir plenamente o objeto. Neste sentido, o humano pela sua condição de ser falante e faltante, constrói laço com outro na tentativa de contornar o mal estar, aquilo que é da ordem do impossível de ser dito. É nesse contexto que Lacan, no seminário XVII, formula modos diferentes de fazermos laço com o outro.

LAÇOS SOCIAIS E POSIÇÕES DISCURSIVAS

Com o termo ‘discurso’, Lacan passou a designar quatro modos de estruturação do laço social. Essas quatro modalidades de discurso deslizam entre o discurso do mestre, o discurso da universidade, o discurso da histórica e o discurso do analista. Esses discursos são compostos por quatro lugares:

agente → **outro**

verdade produção

Tais lugares fazem menção ao fato de que “[...] todo e qualquer discurso apresenta uma verdade que o move, sua mola propulsora, sobre a qual está assentado um agente, o qual se dirige a um outro, produtor, a fim de obter deste uma produção” (JORGE, 1997, p. 158). Em virtude de haver nesses discursos os mesmos quatro significantes, uma vez trocado o lugar do agente, transforma-se esse discurso em outro.

Os elementos dos quatro discursos são:

- S1: significante mestre (S1);
- S2: saber;
- \$: sujeito; sintoma
- a: causa de desejo e o objeto mais-de-gozar.

O sujeito (\$) é aquilo que emerge entre os significantes, ou seja, “[...] do S1 ao S2, é possível que se abra essa falha que se chama sujeito” (LACAN, 1969/1970, p. 82-83).

O **S1** significante mestre, de onde parte a definição do discurso, que num primeiro momento é marcado pelo campo do grande Outro, é aquele que intervém naquilo que já está como saber instituído na bateria significativa, é um interventor nesta rede de saber do grande Outro.

O **S2** - é o saber constituído, a bateria dos significantes.

O \$ - sujeito barrado, também pode ser visto como sintoma, ele se dá ao ser representado pelo S1 quando este faz sua intervenção no saber constituído na bateria significativa.

O **a** - pequeno a, estabelece-se como o outro pequeno, que se apresenta tanto como causa do desejo, como o mais-de-gozar.

$$\frac{\$}{a} \rightarrow \frac{S1}{S2}$$

No *discurso histórico*: $\frac{\$}{a} \leftarrow \frac{S2}{S1}$ O lugar da verdade encontra-se subjugado pelo lugar do agente, neste sentido, o sujeito esconde o objeto causa de desejo. A posição ocupada pelo discurso histórico é de não querer saber sobre o objeto causa de seu desejo.

$$\frac{S2}{S1} \rightarrow \frac{a}{\$}$$

O *discurso universitário*: $\frac{S2}{S1} \leftarrow \frac{a}{\$}$ É um discurso burocrático, o dominante é o saber, no lugar da produção tem-se o sujeito, caracterizado pelo aluno. Nesse discurso a posição do sujeito é de submisso ao objeto de conhecimento e o objeto da verdade é subjugado ao saber.

$$\underline{S1} \rightarrow \underline{S2}$$

No *discurso do mestre*: $\$ \leftarrow a$ O que está no lugar da verdade é um sujeito, barrado, que não pode aparecer, que encontra-se escondido e subjugado ao saber do mestre.

$$a \rightarrow \$$$

No *discurso psicanalítico*: $\underline{S2} \leftarrow \underline{S1}$ O que está no lugar do agente é o “objeto a”, que é a posição ocupada pela função do analista, no lugar da produção está o sujeito. Desse modo o discurso do analista é o avesso do discurso do mestre.

MÉTODO

A análise apresentada neste estudo foi realizada a partir de relatos de experiência de oficinas, em que era ofertado um espaço para crianças e adolescentes se colocarem de forma livre diante do lúdico (desenhar, escrever, interpretar, imaginar, construir, criar).

Diante dos recursos disponíveis na infância, a imaginação e a linguagem lúdica, possibilita ao sujeito criança uma atuação subjetiva na tentativa de inventar e reconstruir suas relações afetivas. É se utilizando do recurso lúdico que a criança fala de sua realidade. Acredita-se que se alguma possibilidade existe, será permitindo que o sujeito se expresse e se aproprie de sua história, podendo elaborar e reescrever o seu lugar enquanto sujeito no mundo.

As oficinas foram realizadas em uma instituição municipal de acolhimento localizada em Campina Grande-PB, conduzidas uma vez por semana e contando com o público alvo de 11 crianças e adolescentes do sexo masculino, com idades entre 7 e 14 anos. Um diário de campo foi construído com as falas que circulavam durante as oficinas lúdicas e os nomes dos participantes substituídos por nomes fictícios, para preservação de suas identidades.

A análise do discurso foi realizada a partir da perspectiva teórica lacaniana. Considerando a problemática do sentido na análise de discurso e partindo da tese que o inconsciente é estruturado em uma linguagem, Lacan desenvolveu a lógica do significante para teorizar a relação existente entre inconsciente e linguagem. Lacan parte das ideias de Saussure sobre o signo linguístico. Para Saussure o signo decompõe-se em significado (o conceito) e em significante (a imagem acústica de uma palavra). Entretanto, Lacan inverte essa relação significado/significante, passando o significante a anteceder o significado. Sendo o sentido possível de ser alcançado a partir de um determinado ponto da cadeia significante.

Desta forma, o significante não está colado a um significado, mas constrói-se quando encadeados com outros significantes a partir da história do sujeito e sua singularidade, sendo

possível sua identificação apenas a posteriori (LACAN, 1966/1998). “É no automatismo de repetição que é preciso situar o sujeito do inconsciente” (Lacan, 1966/1998). Nesta perspectiva, neste trabalho utilizamos da escuta e da fala do sujeito em sua singularidade e as condições de produção do discurso, pinçando os significantes que circulavam e se repetiam no discurso.

ANÁLISE DO DISCURSO

Os discursos que circularam nos diários de campo das oficinas foram analisados e, a partir deles, foi possível destacar duas posições: a) o discurso do mestre, representado pelo discurso da instituição, b) o discurso do analista, representado pelas oficinas e as possibilidades encontradas pelas crianças e adolescentes de emergirem enquanto sujeitos.

O Discurso do Mestre

O discurso apresentado pela instituição visava atender as exigências do ideal da universalização, não contemplando as singularidades subjetivas. As práticas e os ditos dos profissionais colocavam as crianças e adolescentes em acolhimento institucional como esvaziados de saber e formas adequadas de se comportar, reduzindo-os a pedras brutas. Certa vez orgulhoso de seu trabalho, relata um profissional: “As crianças chegam aqui como pedras brutas e a casa vai lapidando tais pedras”.

Nessa mesma perspectiva, começou a circular na instituição o discurso de condicionar a participação das crianças nas oficinas ao bom comportamento, e assim, a participação adquiriu o valor de prêmio, destinado àqueles tidos como adequados e bem comportados, aos que não correspondiam a esse imaginário era destinado a punição e o castigo, foram muitos os relatos neste sentido.

Certa vez, ao chegarmos na instituição os meninos desceram as escadas correndo e, em função dessa correria, receberam a punição de passar 10 minutos de castigo e somente após esse tempo puderam participar da oficina. Em outra ocasião um dos profissionais nos disse que um dos meninos não iria participar naquele dia, pois estava de castigo devido a “desobediência” e para “não nos dá trabalho”. Em outro momento, não puderam participar da oficina porque não estavam fazendo os deveres escolares “corretamente”, porque revidaram a uma reclamação, chutaram a trave enquanto jogavam bola, abriram a caixa da massinha de modelar ou não organizaram os brinquedos. Diante desses fatos, foram realizados encontros com a equipe da instituição para falarmos sobre a perspectiva de nosso trabalho, mas não foi possível “furar” esse discurso e abrir fendas para uma nova resignificação.

Durante as oficinas foi colocado pelos extensionistas a temática dos castigos e punições, circulando as seguintes falas das crianças “é passar uma semana sem poder fazer nada, sem poder brincar, é ficar de reflexão, não poder passear”. Esse “fazer nada” foi percebido em um dia que ao chegarmos na instituição, um dos meninos estava de castigo e ao se dirigir para abraçar e nos cumprimentar foi impedido por um dos profissionais que lá se encontrava. O abraço é impedido como forma punitiva por estar sem "nada poder fazer" e também para rechaçar a relação afetiva que naquele ambiente se manifestava.

Essa prática voltada para o treinamento, disciplinamento de corpos e julgamento de comportamentos, resultava em grande preocupação por parte das crianças em atender a esta imagem idealizada. Diante disto, era recorrente a preocupação em serem bons e ao fim das oficinas perguntarem se deram trabalho. Certo dia, em uma brincadeira durante a oficina Hércules imagina ser aquele que realiza desejos e pergunta à Édipo: “Qual o seu desejo?” Édipo responde : “Quero ser um menino bom, um homem bom.”

Essa “lapidação” acontece a partir da construção de verdade sobre as crianças e adolescentes, pela via do silenciamento e do olhar vigilante, exemplificado na fala de um dos profissionais: “As extensionistas podem até achar que você é bom, mas a gente aqui te conhece”.

Numa das oficinas ao perguntar as demais crianças se elas sabiam o motivo da ausência de uma delas, eles responderam: “Ele morreu, ficou de reflexão”. O que escapa nesse dito é o apagamento, a morte simbólica daquele enquanto sujeito. Diante disso, o que se pode analisar através destes relatos é que a maneira que é efetivada a política pública porta em si uma ambiguidade: de um lado oferece um certo amparo, de outro aniquilam.

O fato de se ofertar um espaço de expressão livre nas oficinas, funcionou como uma aposta subjetiva e cada um podia responder de onde foi atingido. Assim, ao longo das oficinas, foram acontecendo mudanças de posição subjetiva, saindo de uma posição de incapacidade para uma posição de possibilidades. Na medida em que as crianças e adolescentes iam se autorizando, muitas nuances foram acontecendo, causando certo incomodo à própria instituição.

Certa vez, um profissional dispara: “Não se dá a devida importância aos educadores que botam limites nas crianças, e que as botam de castigo, os educadores que são mais bonzinhos são considerados melhores, mas não são esses que realmente educam as crianças”.

Em outro momento o coordenador da instituição nos procura para indagar como estava sendo desenvolvido o trabalho das oficinas, haja vista que os profissionais da instituição estavam percebendo que as crianças estavam “agitadas”, que queriam falar e confrontar as

normas da instituição, que a sala utilizada pela oficina estava ficando “bagunçada”, mesmo que ao final das oficinas extensionistas e crianças deixassem a sala arrumada. Em outra ocasião um profissional sugere que trabalhássemos com palestras ao invés de desenhos.

A realidade do sujeito é sempre fruto de uma construção e invenção, não sendo toda correlata da realidade objetiva, o sujeito encontra brechas de escapar ao saber institucional/mestre e confronta o saber que o aprisiona.

O Discurso do Analista

Para além do discurso do mestre proferido pelo saber da instituição, as oficinas buscaram sustentar o lugar do discurso do analista, se colocando na função de causa para que fosse possível a aparição do sujeito, utilizando-se do lúdico como um modo de fazer circular de maneira ativa a subjetividade da criança, o resgate de sua história e a possibilidade de elaboração e reação.

A possibilidade de expressão, via atuação, representação ou fala, se configura como uma forma de facilitar a expressão de sentimentos vivenciados. O brincar ocupa um valor significativo no desenvolvimento humano e o simbólico é utilizado como forma de representação do mundo interno e inconsciente, sendo próprio da criança utilizar-se da fantasia e do brincar como possibilidade de criar e recriar experiências reais. Neste sentido, as oficinas apostaram no lúdico como possibilidade de elaborações psíquicas em que as crianças e adolescentes encenavam, recriavam e elaboraram suas histórias.

Quando as oficinas foram iniciadas, na instituição, era recorrente ao se propor algo as crianças, elas falarem que não sabiam fazer, pedirem ajuda para desenhar, ou escrever, ou mesmo jogar suas produções no lixo. Um movimento no início que foi apresentando repetidas vezes por Ulisses era a sua constante insatisfação diante de seus desenhos, que eram sempre heróis de desenhos animados, para ele estes nunca estavam bons e sempre antes de amassar os seus desenhos cortava as pernas dos personagens. Sugerindo as pernas como o membro do corpo responsável pelo movimento, podemos dizer que Ulisses, via representação, denunciava algo que o impossibilitava de sair do lugar.

A partir da escuta atenta ao sujeito e tomando o brincar como forma de falar de si e representar o contexto, eram recorrentes as brincadeiras em que eles encenavam uma família, construíam casas com almofadas, papéis, papelão, nos elegia como pai, mãe ou irmãos e se colocavam também como integrantes das famílias. Em uma certa brincadeira, Aquiles decide ser o cachorro da casa, Hércules, então, joga objetos para ele pegar, durante a brincadeira Aquiles se colocava ora como cachorro, ora como bebê, que estava com fome, causando as

convidando a aparição do sujeito. É na medida em que estas crianças e adolescentes passam a ocupar o lugar de agente que algo pode ser reescrito em sua história.

É preciso pensar a medida protetiva como um instrumento de acolhimento não apenas em nome do direito como um ideal abstrato, mas ofertar através do cotidiano institucional condições á estas criança e adolescente, fazerem novos arranjos de sua história de vida e possibilitar que sejam acolhidos no direito como sujeitos singulares.

Ao apostar na psicanálise como uma ética, sustentou-se nas oficinas para além da garantia de direitos universais, o reconhecimento do aspecto subjetivo e singular de cada caso, de cada história, de cada expressão. "Trata-se, antes de tudo, de dizer "sim" ao sujeito, portanto, de encarnar um Outro que saiba não excluir, não anular, não refutar, não silenciar, não preencher, não sufocar, não atormentar" (RECALCATI, 2004, p. 11).

O direito conquistado através do Estatuto da Criança e do Adolescente pode ser efetivado sem deixar o sujeito de fora, acolhendo-o como preconiza a política e as orientações técnicas para instituições de acolhimento. Do que adianta o discurso protetivo do acolhimento se este não for dirigido para o sujeito, proporcionando o direito à voz que o possibilite contar a sua história para além daquilo que o Outro jurídico, social, cultural pretensamente, sem escutar, se diz saber?

Atravessando esse sujeito do direito, a escuta singularizada, orientada pelo discurso da psicanálise, pode colaborar para a possibilidade de ressignificação do lugar da vitimização e de demandas assistencialistas para um lugar de sujeito de desejo, abrindo possibilidades de superar e lidar com as faltas.

Com as oficinas lúdicas buscou-se provocar a saída do discurso regido pelo imaginário social e pelos efeitos da determinação social, que emudece e tampona o lugar de sujeito em que a criança nada tem ou pode dizer. Assim, ofertamos a possibilidade das crianças e adolescentes tecerem seu discurso, através do brincar, desenhar, criar e até se rebelar. Neste sentido, a escuta atenta e singularizada ao brincar e aos significantes que perpassavam as brincadeiras, possibilitou que transformações significativas, durante as oficinas, pudessem ocorrer.

Entretanto, grandes desafios evidenciaram muitas dificuldades que o trabalho do acolhimento enfrenta, uma delas é a dificuldade na formação para os profissionais que compõe a equipe, que embora relatem participarem de formações continuadas, ainda carecem de um espaço de reflexão, de também serem contemplados com escuta para dar conta desse encontro com o extremo desamparo. Outro ponto é o trabalho com as crianças e suas famílias,

que diante da complexidade das inúmeras questões que atravessam o trabalho do acolhimento, está a complexa realidade em que essas famílias estão.

Assim considerado, o trabalho com essa clientela carece de um acompanhamento mais intenso e próximo para amenizar, as consequências, dos desfechos que as crianças e adolescentes tem que enfrentar seja de retorno às famílias de origem, seja a adoção por uma família substituta, ou mesmo de continuidade na casa até a maior idade.

FROM THE SPEECH OF THE MASTER TO THE "HOLE" POSSIBLE AS ANSWER OF THE SUBJECT

Rafaela Elias da Silva

ABSTRACT:

This article analyzes the experience of a work done with a group of children and adolescents in play workshops in a host institution. It is guided by the theoretical and ethical perspective of Lacanian psychoanalysis, and its objectives are: a) to analyze the place of the Institution's discourse regarding the responses to the helplessness experienced by the children and adolescents and b) to analyze the possibilities found in the discourses of these children to elaborate their own stories and answers. Thus, through one-hour weekly workshops, for four months, we offer a play space for 11 children and adolescents, from 7 to 14 years, in institutional shelter. Although host children start from social plots and family turns with violence and helplessness, the discourse presented by the institution was based on the idealization of a model of child and adolescent, a knowledge often imposed through punishment as an educational medium, not considering the history, the singularity of the subject and his particular discourse, embodying the master's discourse. On the contrary, the workshops supported the place of the analyst's discourse, in the function of cause to give way to the discourse of the subject, using play as a way of circulating the subjectivity of the child, the rescue of its history and the possibilities of elaboration and answers. An initial non-knowing was said by the children - to draw, to make, to imagine -, but also, the circulation of being involved in wanting to know, as the workshops happened, to be able to say, to be able to know about themselves, to be able to construct. An incipient power to make reality itself posed as a question.

Keywords: Host Institution, Homelessness, Discourses of the social bond.

REFERÊNCIAS :

- AZEVEDO, M. M. *O Código Mello Mattos e seus reflexos na legislação posterior*. Monografia promovida pelo Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://www.tjrj.jus.br/institucional/dir_gerais/dgcon/pdf/monografia/magistrados/2007/codigo_mello_mattos_seus_reflexos.pdf>. Acesso em 10 de janeiro de 2017.
- BRASIL. Estatuto da criança e do adolescente: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002.
- FINK, B. *O sujeito lacaniano: entre a linguagem e o gozo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- JORGE, M. A. C. *Discurso e liame social: apontamento sobre a teoria lacaniana dos quatro discursos*. In: JORGE, Marco Antonio Coutinho; RINALDI, Doris (Orgs.). Saber, verdade e gozo: leituras de O seminário, livro 17, de Jacques Lacan. Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos, 2002. p. 17-32.
- LACAN, J. *O Seminário, livro 5: as formações do inconsciente*, [1957 – 1958]. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1999.
- LACAN, J (1949). *O estádio do espelho como formador do eu*. In: Escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.
- LACAN, J. (1969). *Duas notas sobre a criança*. Revista do Campo Freudiano, nº 37, 1986.
- LACAN, J. (1966). *Função e campo da fala e da linguagem em Psicanálise*. In: Escritos (p.238-324). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.
- LACAN, J. *O seminário, livro 17: O avesso da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.
- PAES, J. P. L. *O Código de Menores e o Estatuto da Criança e do Adolescente: avanços e retrocessos*. Conteúdo Jurídico, Brasília-DF: 20 maio 2013. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.43515&seo=1>>. Acesso em: 10 de janeiro. 2017.
- PACHECO, L. *Assuntos de família em psicanálise*. Lacan XXI, v. 3 , abril 2017. Disponível em: <http://www.lacan21.com/sitio/wpcontent/uploads/2017/04/lacan212017_volume3_PT.pdf> . Acesso em 10 de junho de 2017.

SCHULTZ, E. S; BARROS, S. M. *A concepção de infância ao longo da história no Brasil contemporâneo*. Revista de Ciências Jurídicas, Ponta Grossa, 3(2): 137-147, 2011. Disponível em: < <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/lumiar/article/view/2486/2873> > Acesso em 10 de janeiro, 2017.

RECALCATI, M. *A questão preliminar na época do Outro que não existe*. Latusa Digital, 1 (7),1-12, 2004. Disponível em <http://www.latusa.com.br/pdf_latusa_digital_7_a2.pdf> Acesso 20 de outubro, 2017.